

14/12/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 96.246 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : FERNANDO BORBA
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

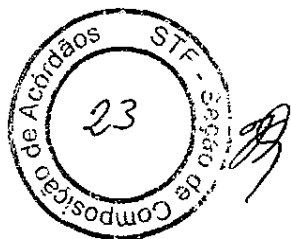
PROCESSO – ELEMENTOS. Dado obtido por integrante do Colegiado deve ser noticiado antecipadamente ao relator e juntado ao processo, isso em sendo próprio o exame.

HABEAS CORPUS – PENA – REGIME DE CUMPRIMENTO – PROGRESSÃO – PREJUÍZO. Vindo à balha comprovação de o paciente haver alcançado livramento condicional, ocorre o prejuízo da impetração.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em julgar prejudicado o *habeas corpus*, nos termos do voto do relator e por unanimidade, em sessão presidida pelo Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 14 de dezembro de 2010.



MINISTRO MARCO AURÉLIO – RELATOR

09/03/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 96.246 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
PACTE. (S) : **FERNANDO BORBA**
IMPTE. (S) : **DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**
COATOR(A/S) (ES) : **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Adoto, a título de relatório, as informações prestadas pela Assessoria:

Na decisão que implicou o deferimento da liminar, a espécie ficou assim resumida (folhas 72 e 73):

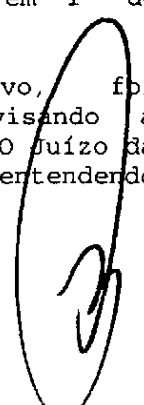
RECURSO - DEVOLUTIVIDADE.

**FALTA GRAVE - COMETIMENTO DE DELITO -
AUSÊNCIA DE TRÂNSITO EM JULGADO DE
SENTENÇA CONDENATÓRIA - LIMINAR
DEFERIDA.**

1. A Assessoria assim definiu os parâmetros desta impetração:

O paciente foi condenado a quatro anos de reclusão, em regime semi-aberto, pela prática do delito tipificado no artigo 157 do Código Penal. O cumprimento da pena teve início em 23 de julho de 2006. Em 25 de agosto seguinte, o Juízo da Execução deferiu-lhe a progressão para o regime aberto, nos termos do artigo 112 da Lei de Execuções Penais. Veio a empreender fuga em 1º de outubro de 2006, sendo recapturado, em flagrante delito, em 1º de janeiro de 2007.

No âmbito administrativo, foi instaurado processo disciplinar visando a apurar o cometimento de falta grave. O Juízo da Execução homologou o procedimento, entendendo



HC 96.246 / RS

como suficiente à punição da infração disciplinar o isolamento por trinta dias, mantendo o regime prisional aberto.

O Ministério Público interpôs agravo. O Tribunal de Justiça a ele negou provimento. Concluiu mostrar-se bastante, para a punição relativa à fuga, a imposição da sanção administrativa de isolamento. Teriam sido observados os princípios da proporcionalidade bem como da individualização da pena e não haveria comprovação, no processo, do alegado crime cometido durante o período em que o paciente esteve foragido. Não existia sentença penal condenatória transitada em julgado. Destacou que entendimento em sentido contrário implicaria ofensa ao princípio da não-culpabilidade.

Contra o referido julgado foi interposto recurso especial, ao qual a Ministra Jane Silva, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais convocada, deu provimento para reconhecer a prática de falta grave, determinando a regressão no regime de cumprimento da pena e o estabelecimento de nova data-base para a concessão de futuros benefícios. O agravo regimental a seguir interposto foi desprovido pela Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, sob o fundamento de que a ausência do trânsito em julgado de sentença condenatória não impediria o reconhecimento da prática de falta grave.

A impetração está voltada contra esse julgado. Sustenta-se que o paciente está submetido a constrangimento ilegal, pois, somente após sentença final condenatória, seria possível concluir pela ocorrência, ou não, de outro ato delituoso, não servindo a tanto o simples recebimento da denúncia. Diz-se que as sanções administrativo-disciplinares, por interferirem efetivamente no tempo de cumprimento da pena, com implicações no direito de liberdade, dependem de homologação judicial para produzirem efeitos. Observa-se que as disposições da Lei de Execuções Penais são anteriores à Carta de 1988, devendo-se aferir, portanto, a compatibilidade com o princípio da não-culpabilidade. Afirma-se que o argumento de mostrar-se dispensável o trânsito em julgado da condenação em prol da suposta efetividade do processo de execução não há de prevalecer sobre o direito fundamental ao devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório.

Assevera-se, também, que o julgamento no Superior Tribunal de Justiça teria

extrapolado o pedido. O Ministério Público estadual, no agravo em execução, impugnara a decisão tão-somente na parte em que afastada a regressão. Os temas pertinentes à perda dos dias remidos e ao reinício da contagem dos prazos para a concessão de futuros benefícios da execução, a partir da verificação da ocorrência de falta grave, não teriam sido objeto do inconformismo. O Tribunal de Justiça não se manifestara sobre tais questões. Ao Superior Tribunal de Justiça, então, não seria dado o exame das matérias. Argui-se a nulidade da decisão, porque proferida fora dos limites estabelecidos na origem.

Pede-se a concessão de liminar, para que seja suspenso o mencionado pronunciamento até a decisão final deste *habeas*. No mérito, busca-se ver confirmado o ato do Juízo da Execução Penal de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, que implicou o indeferimento do reinício da contagem dos prazos para fruição dos novos benefícios penais e da regressão do regime prisional, mantendo o paciente no regime aberto de cumprimento da pena.

[...]

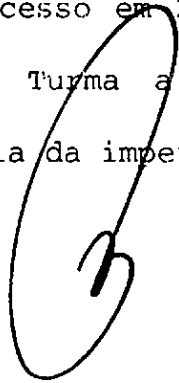
A Procuradoria Geral da República, no parecer de folha 80 a 85, aduz que a regressão no regime prisional do paciente se deu em virtude da prática de nova infração, no período em que ficara foragido e fora capturado em flagrante delito. Argumenta que, nos termos dos artigos 52 e 118, inciso I, da Lei de Execuções Penais, estaria autorizado o fenômeno, sendo desnecessária, para tanto, a superveniência de sentença condenatória transitada em julgado e incabível a evocação do princípio da presunção de não-culpabilidade, que, segundo assevera, não é absoluto. Afirma que entendimento em sentido contrário implicaria tornar inócuo o que previsto no artigo 50 da Lei de Execuções Penais como falta grave. Acentua mostrarem-se suficientes para a regressão o fato de o condenado ter sido preso em flagrante delito e o recebimento da denúncia contra ele oferecida.

Quanto à decisão do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o reinício da contagem do prazo para fins de fruição de benefícios na execução penal dar-se-ia a partir da data da regressão, anotou ser esse um dos efeitos decorrentes do ato, porque não haveria lógica em determinar o retorno ao regime mais gravoso de cumprimento da pena e, a seguir, considerar o preso apto à fruição de benefícios. Desse modo, no ponto, o pronunciamento da Corte Superior apenas elucidou uma questão que poderia ser objeto de dúvidas e impugnações. Manifesta-se, então, pelo indeferimento da ordem.

HC 96.246 / RS

Lancei visto no processo em 25 de fevereiro de 2010, liberando-o para ser julgado na Turma a partir de 2 de março seguinte, isso objetivando a ciência da impetrante.

É o relatório.



HC 96.246 / RS

V O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Ao deferir a medida acauteladora, consignei (folhas 73 e 74):

[...]

2. Sob o ângulo tanto da devolutividade do recurso do Ministério Público quanto do princípio da não-culpabilidade, há campo propício à manutenção do acórdão reformado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento de recurso especial. De início, o recurso do Ministério Público contra a sentença do Juízo da execução ficou restrito à regressão no regime de cumprimento da pena.

No mais, descabe assentar a falta grave a partir da presunção da culpa do preso considerado possível envolvimento em outro delito. Há de aguardar-se a preclusão do que vier a ser decidido no processo-crime formalizado. Cabe ter presente ainda a estreiteza da via do especial. O Superior Tribunal de Justiça, ao julgá-lo, não exerce simples crivo revisional. Este último compete à derradeira instância ordinária, no caso, revelada pela atuação do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

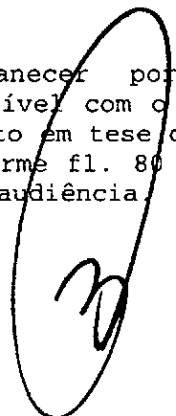
[...]

A esses dados acrescento que o Juízo fez ver (folha 24):

Não obstante parecer ministerial de fl. 08/09, entendo que somente é possível a aplicação de sanções jurídico-administrativas ao apenado em decorrência da prática de falta grave, após a homologação do respectivo procedimento administrativo.

Diante do exposto, indefiro o requerimento de suspensão de benefícios de saída temporária e de trabalho externo ao apenado.

Entretanto, deve o apenado permanecer por ora, cumprindo pena em estabelecimento penal compatível com o regime fechado, ante a fuga empreendida e o cometimento em tese de novo delito, face a preventiva ainda vigente, conforme fl. 80 do PEC principal, enquanto aguarda-se a realização da audiência.

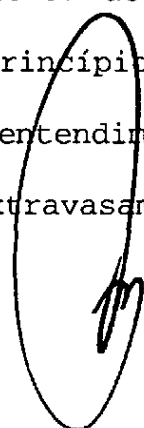


HC 96.246 / RS

O recurso interposto pelo Ministério Público foi desprovido. O Colegiado entendeu que a falta cometida pelo então recorrido fora devidamente punida em face da sanção disciplinar imposta, de trinta dias de isolamento, acrescida da suspensão por seis meses dos direitos ao serviço externo e às saídas temporárias. Fez ver que a punição disciplinar decorrente da suposta prática de novo fato definido como crime, sem sentença penal condenatória com trânsito em julgado, viola o princípio constitucional da presunção da inocência. Assim decidiu aludindo aos princípios da proporcionalidade e da individualização da pena.

O recurso do Ministério Público, segundo o acórdão proferido, o relatório lançado, ficou restrito à regressão no regime de cumprimento da pena - folha 26-verso. No especial, o próprio Ministério Público, racionalizando a atividade, adotou o relatório do acórdão impugnado - folha 32. Então, pleiteou a reforma do que assentado "para o fim de que seja reconhecida a prática de falta grave e respectiva regressão de regime prisional" - folha 44.

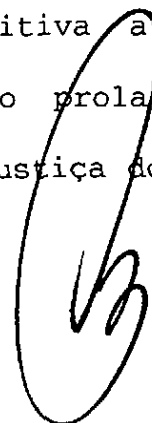
Ora, as decisões do Juízo e do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul não estavam a merecer censura, vindo esta a se verificar em sede cujo acesso é dos mais estreitos, ou seja, a extraordinária. Potencializou o Superior Tribunal de Justiça a acusação criminal, colocando em segundo plano o princípio da não culpabilidade. Tudo ocorreu mediante ressalva de entendimento da relatora. Se, de um lado, não se pode vislumbrar extravasamento do



HC 96.246 / RS

recurso do Ministério Público, no -que o ato ficou restrito à regressão no regime de cumprimento da pena, com fixação de novo termo para alcançar-se benefícios - folha 49 -, de outro, tem-se a desautorização do que consignado -nas instâncias de origem, contrariando-se o texto constitucional referente ao princípio da não culpabilidade. Frise-se que a alusão à perda dos dias remidos fez-se de forma genérica no que mencionado o artigo da Lei de Execução Penal, não compondo esse tema a parte dispositiva da decisão. De qualquer forma, fica a matéria em segundo plano ante a premissa de que não cabia conhecer do especial e dar-lhe provimento.

Concedo a ordem para tornar definitiva a medida acauteladora, restabelecendo, com isso, o acórdão prolatado no Agravo em Execução nº 7002.0894754, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of a large loop and a trailing flourish.

09/03/2010**PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 96.246 RIO GRANDE DO SUL****VISTA****O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

Um esclarecimento, Ministro. Vossa Excelência entende que o especial extrapolou o recurso ministerial?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Não, há duas matérias: em primeiro lugar, ante o quadro fático, não era dado conhecer do especial; em segundo lugar, mesmo assim se foi além do que pretendido no recurso para também retirar do cenário os dias remidos, já que Ministério Público pleiteou apenas a regressão.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

E a concessão que Vossa Excelência opera...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Vou mais além, porque assento que o Superior Tribunal de Justiça acabou atuando como uma terceira instância ordinária.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - A perda dos dias remidos, então, foi uma inovação do STJ na decisão?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Foi, mesmo assim de forma implícita, mas evidentemente se acionará o que decidido, no que se fez referência ao artigo da Lei de Execuções Criminais que prevê essa perda. No recurso, o Ministério Público não pretendeu isso.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Não teve essa pretensão.

HC 96.246 / RS

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – E, para mim, o recurso não era passível de ser conhecido já que, no caso, só se poderia chegar a esse reconhecimento afastando-se as premissas fáticas do acórdão impugnado.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Presidente, vou pedir vista.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - É complexa a questão, porque eu também, aqui, estou entendendo que no juízo da Vara das Execuções Criminais de Porto Alegre aplicou-se ao apenado a sanção de isolamento por 30 dias, mantendo o regime semiaberto, não é?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Não, projetou-se a volta ao gozo de benefícios para período posterior aos seis meses. Ele passaria, então, por um período de prova no regime fechado.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Vossa Excelência, na verdade - sei que o eminente Ministro está com pedido de vista e nós seremos muito bem esclarecidos no seu voto, como fomos agora com seu voto brilhante - está se baseando, na verdade, numa extrapolação do STJ quanto ao pedido feito pelo recorrente, não é isso?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – O meu voto tem duas premissas, sendo que o acolhimento da primeira prejudica a concessão da ordem quanto à segunda causa de pedir, que seria o extravasamento recursal. Parte da premissa de que, nesse caso concreto, ter-se-ia o esgotamento da controvérsia no Tribunal de Justiça, ante as premissas fáticas do acórdão.

Confesso mesmo, Presidente, que no caso, a reforma de duas decisões de origem na via do recurso de natureza extraordinária, que é o especial, pressuporia transgressão à lei e, consideradas as premissas do acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, não posso concluir pela transgressão ou mesmo pela divergência

HC 96.246 / RS

jurisprudencial.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Eu tinha algumas considerações a fazer, mas reservo-me para fazer depois.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 96.246

PROCED.: RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

PACTE.(S): FERNANDO BORBA

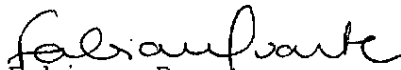
IMPTE.(S): DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

COATOR(A/S) (ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Após o voto do Ministro Marco Aurélio, Relator, que deferia o pedido de *habeas corpus*, pediu vista do processo o Ministro Dias Toffoli. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. 1ª Turma, 09.03.2010.

Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski.
Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Ayres Britto, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Dias Toffoli.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.


Fabiane Duarte
Coordenadora

19/10/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 96.246 RIO GRANDE DO SUL

VOTO – VISTA

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR): O ora paciente foi condenado, em decisão penal proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, pela prática do delito de roubo, tipificado no art. 157, *caput*, do Código Penal.

Sofreu, em consequência dessa condenação judicial, pena privativa de liberdade correspondente a quatro (4) anos de reclusão.

Durante o curso da execução da pena imposta ao paciente, em razão de fuga empreendida por ele e sua subsequente recaptura decorrente de sua prisão em flagrante pela prática de nova infração penal dolosa, houve a instauração de procedimento administrativo disciplinar, visando apurar o cometimento de falta grave.

O Juízo da Execução homologou o procedimento, entendendo como suficiente à punição da infração disciplinar o isolamento do ora paciente por trinta dias, mantendo-se o regime prisional aberto.

Contra essa decisão interpôs o Ministério Público o pertinente agravo, o qual não foi provido pelo Tribunal de Justiça daquele Estado. Em sede de recurso especial, o Colendo Superior Tribunal de Justiça deu provimento ao recurso para que se reconhecesse a prática de falta grave, determinando a regressão no regime de cumprimento da pena e o estabelecimento de nova data-base para a concessão de futuros benefícios.

A ilustre impetrante, sustentando o direito público subjetivo do paciente, assevera que o apenado está submetido a injusto constrangimento, pois somente após sentença final condenatória seria possível concluir pela ocorrência, ou não, de outro ato delituoso, não servindo para tanto o simples recebimento da denúncia.

Assevera-se, ainda, que o julgamento no Superior Tribunal de Justiça teria extrapolado o pedido, pois o Ministério Público estadual, no agravo em execução, impugnara a decisão tão somente na parte em que afastada a regressão. Os temas pertinentes à perda dos dias remidos e ao reinício

HC 96.246 / RS

da contagem dos prazos para a concessão de futuros benefícios da execução, a partir da verificação da falta grave, não teria sido objeto do inconformismo.

Inicialmente, assinalo que a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido da constitucionalidade do art. 127 da Lei de Execuções Penais, que determina a perda ao direito ao tempo remido pelo sentenciado no caso da prática de falta grave. Tal entendimento foi cristalizado na **súmula vinculante nº 9**, aprovada na sessão plenária de 12/6/.08, nos seguintes termos:

"O disposto no artigo 127 da Lei 7.210/84 foi recebido pela ordem constitucional vigente e não se lhe aplica o limite temporal previsto no caput do artigo 58."

O caso subsume-se integralmente ao teor da súmula, pelo que, a meu sentir, pedindo vênia para divergir do eminente Relator, seria o caso de denegação da ordem.

Quanto ao suposto *bis in idem*, decorrente da simultânea decretação da perda dos dias remidos e imposição do regime de isolamento, como já decidido em **habeas corpus** da relatoria do eminente Ministro **Cezar Peluso**, também não assiste razão à impetrante:

"Dispõe o art. 53, inc. IV, da Lei de Execução Penal:

Art. 53. Constituem sanções disciplinares:

...

IV - isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo, observado o disposto no artigo 88 desta Lei.

(...)

Como se nota, a sanção relativa ao isolamento, respeitado o prazo máximo de trinta, não é senão de caráter disciplinar e cujo objetivo é regular o comportamento do custodiado durante o período em que cumpre pena no estabelecimento prisional.

Por outro lado, o instituto da remição de pena, regulada

HC 96.246 / RS

pelos artigos 126 e seguintes da LEP, não tem caráter disciplinar, de modo que a perda dos dias remidos não pode ser considerada sanção de natureza idêntica à de isolamento. A decretação da perda dos dias remidos é, diversamente, sanção com efeitos penais, o que significa dizer que, conquanto leve em consideração a atitude disciplinar do condenado, atinge diretamente a pretensão punitiva do Estado.

Cumpridos os requisitos para a remição da pena, nada resta senão declará-la. Mas, sobrevindo causa legal de revogação do benefício, como no caso, impõe-se a perda dos dias remidos, como corolário da observância do princípio da individualização da execução da pena. Não vejo, aqui, ocorrência de **bis in idem**.

Entendimento diverso conduziria à impossibilidade de considerar o comportamento carcerário como critério para a obtenção de benefícios na execução, entre os quais sobressai o direito à progressão de regime. Se o cometimento de falta grave comportasse apenas sanção de caráter disciplinar, o fato não poderia ser objeto de análise pelo juízo de execução para efeito de conceder, ou indeferir, a transferência para regime menos gravoso." (HC nº 94.177/RS, Segunda Turma, DJ e 23.04.2010).

Nesse aspecto, portanto, correta a decisão da Ministra **Jane Silva**, do Superior Tribunal de Justiça, não me parecendo que ditas questões pudessem ser simplesmente desconsideradas, a pretexto de que a esse respeito nada houvesse sido ventilado no Recurso Especial. São consequências lógicas decorrentes do reconhecimento da falta grave, que a Instância antecedente (o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul) não poderia mesmo ter abarcado, porquanto manteve a decisão do Juízo das Execuções, o qual, por seu turno, não reconheceu a aventada falta grave, motivo pelo qual, consequentemente, nada poderia referir a respeito de seus conseqüências.

O conhecimento do recurso especial, por sua vez, ao meu ver, não implicou em revolvimento de matéria fática, porquanto não há controvérsia sobre essa questão: a) – o sentenciado indubitavelmente

HC 96.246 / RS

evadiu-se durante o cumprimento de sua pena; e b) – foi recapturado por força de prisão em flagrante delito, ao praticar novo fato definido como crime doloso (pelo qual, inclusive, já foi condenado em primeira instância, aguardando, em liberdade, o julgamento do recurso interposto contra a decisão condenatória – Processo nº 001/2.07.0000005-5 – 8ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca de Porto Alegre/RS). Apenas, e como frisou o eminente Ministro **Marco Aurélio**, fez a Relatora menção incidental sobre a perda dos dias remidos, em sua decisão monocrática (posteriormente repetida em sede de Agravo Regimental), sobre as consequências jurídicas previstas em lei, em decorrência do cometimento de falta grave (LEP, art. 127).

Verifico, ainda, que independente do cometimento de novo ato tipificado como crime doloso, (LEP, art. 52), o simples fato de o sentenciado haver empreendido fuga já se revelaria causa bastante e suficiente para o reconhecimento do cometimento de falta grave, a ensejar, de per si, a regressão do regime prisional (LEP, art. 50, II e 118, I), motivo pelo qual não antevejo a nulidade no conhecimento do recurso especial por aquela Corte Superior.

Observe, contudo, que, de acordo com as informações complementares solicitadas por minha assessoria ao MM. Juiz do 2º Juizado das Execuções Criminais da Comarca de Porto Alegre/RS, o paciente encontra-se, desde 9/11/2009, em liberdade condicional, por força de decisão proferida na execução nº 41.606.740, com término do cumprimento da pena previsto para 21/12/2010.

Desse modo, ante a superveniente concessão da liberdade, sem que eventual denegação da presente ordem e o restabelecimento da decisão do Superior Tribunal de Justiça, a esta altura, tenha algum efeito prático sobre esse benefício, entendo que restou prejudicado, por ausência de objeto, o presente *writ* constitucional, eis que este *habeas corpus* busca, exclusivamente, o restabelecimento do regime prisional aberto, em decorrência de regressão ao regime semiaberto que fora imposta ao ora paciente pelo Superior Tribunal de Justiça nos autos do REsp. nº 1.052.437/RS.

HC 96.246 / RS

Encontrando-se o paciente em liberdade condicional, torna-se despiciendo qualquer debate em torno do seu direito à concessão de regime prisional mais brando na execução criminal atualmente em curso, sem que haja prejuízo de eventual revogação do livramento e readaptação do regime prisional por força da condenação posterior imposta ao paciente, cuja execução, todavia, ainda não se iniciou.

Ante o exposto, tenho por prejudicado este pedido de *habeas corpus*, em face da perda superveniente de seu objeto.

É como voto.

19/10/2010**PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 96.246 RIO GRANDE DO SUL****VISTA**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Não está em jogo a remição?

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI: (Cancelado)

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Ministro Dias Toffoli (inserido ante o cancelamento do aparte por Sua Excelência), como tivemos notícia que ele estaria em condicional?

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI: (Cancelado)

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Presidente, penso que o relator deveria ter vista desse novo documento citado pelo Ministro Dias Toffoli (na fala cancelada), que teria sido juntado aos autos por determinação de um vogal.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI: (Cancelado)

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Ministro Dias Toffoli (inserido ante o cancelamento do aparte por Sua Excelência), então não posso apreciá-lo se não estiver nos autos.

Ante o fato de não haver notícia do livramento condicional, mantenho o voto como proferido.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Com todo o respeito, vieram aos autos informações.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Mas não

HC 96.246 / RS

se tem nos autos, se estiver, peço vista para examinar.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI: (Cancelado)

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Está no voto do Ministro Dias Toffoli. Ele faz referência que o juiz-auxiliar de sua assessoria, que tem fé pública, consultando o juízo da Vara de Execuções atestou que o paciente está em ...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Peço vista, Presidente, para ter acesso a esse dado. Espero que o processo venha com o dado colhido pelo Ministro Dias Toffoli.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Então, após o voto do Ministro Dias Toffoli, que julgava prejudicado o *writ*, indicou adiamento...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Não. Diante do fato novo suscitado por Sua Excelência, peço vista para examiná-lo.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Vossa Excelência, como Relator pede vista? Quando aqui cheguei...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Presidente, perdoe-me, Vossa Excelência. Não estou pedindo vista por não ter examinado devidamente o processo quando ele me veio concluso. Estou pedindo vista diante de um fato novo suscitado por um colega. Espero que o processo me venha com esse fato novo, que Sua Excelência teria coligido.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI: (Cancelado)

HC 96.246 / RS

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Ministro Dias Toffoli (inserido ante o cancelamento do aparte por Sua Excelência), Vossa Excelência tem a certidão?

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI: (Cancelado)

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Ministro Dias Toffoli (inserido ante o cancelamento do aparte por Sua Excelência), então seria interessante a Turma deliberar sobre a juntada. Pronuncio-me favoravelmente à juntada e depois examinarei o caso diante do novo elemento.

PRIMEIRA TURMA**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 96.246**

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

PACTE.(S) : FERNANDO BORBA

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Após o voto do Ministro Marco Aurélio, Relator, que deferia o pedido de *habeas corpus*, pediu vista do processo o Ministro Dias Toffoli. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. 1ª Turma, 09.03.2010.

Decisão: Após o voto do Ministro Dias Toffoli, que julgava prejudicado o writ, a Turma determinou a juntada de certidões relativas à situação do paciente. Em seguida, pediu vista do processo o Ministro Marco Aurélio. Ausente, justificadamente, a Ministra Cármen Lúcia. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. 1ª Turma, 19.10.2010.

Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio e Dias Toffoli. Ausente, justificadamente, a Ministra Cármen Lúcia.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo de Tarso Braz Lucas.

Fabiane Duarte
Coordenadora

14/12/2010**PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 96.246 RIO GRANDE DO SUL****ADITAMENTO AO VOTO**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Presidente, como relator, estimo usar da palavra para aditar o voto.

O processo veio-me concluso em razão de dado novo que surgiu com o voto do Ministro Dias Toffoli.

Dele consta que Juiz Auxiliar de seu Gabinete entrou em contato com o Poder Judiciário no Estado do Rio Grande do Sul e logrou saber que o paciente já está em gozo de livramento condicional desde 9 de novembro de 2009. Confirmam com as notas taquigráficas. Esse fato levou a Turma a deliberar sobre a juntada do documento comprobatório.

Ressalto, mais uma vez, que fui surpreendido com a notícia do livramento condicional. Por isso, não tratei da matéria no voto inicialmente proferido e que gerou o pedido de vista de Sua Excelência.

A esta altura, tenho por prejudicada a impetração ante a circunstância de este *habeas* atacar o acórdão, por meio do qual, o Superior Tribunal de Justiça, em sede extraordinária, reformando o pronunciamento de origem, determinou a regressão do paciente ao regime mais gravoso, nada decidindo sobre os dias remidos.

Então, como o paciente logrou o livramento condicional, o pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça ficou prejudicado, suplantado.

Tenho por prejudicada, então, a impetração.

PRIMEIRA TURMA**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 96.246**

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

PACTE.(S) : FERNANDO BORBA

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Após o voto do Ministro Marco Aurélio, Relator, que deferia o pedido de *habeas corpus*, pediu vista do processo o Ministro Dias Toffoli. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. 1ª Turma, 09.03.2010.

Decisão: Após o voto do Ministro Dias Toffoli, que julgava prejudicado o writ, a Turma determinou a juntada de certidões relativas à situação do paciente. Em seguida, pediu vista do processo o Ministro Marco Aurélio. Ausente, justificadamente, a Ministra Cármen Lúcia. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. 1ª Turma, 19.10.2010.

Decisão: A Turma julgou prejudicado o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. 1ª Turma, 14.12.2010.

Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à Sessão o Ministro Marco Aurélio, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Dias Toffoli.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Fabiane Duarte
Coordenadora